



## 16° Congresso de Iniciação Científica

### O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP

#### Autor(es)

---

GUILHERME SCARASSATI MARTINS

#### Orientador(es)

---

MARIA GUIOMAR CARNEIRO TOMAZELLO

#### Apoio Financeiro

---

PIBIC/CNPq

#### 1. Introdução

---

Desde a década de 30 o governo federal vem aperfeiçoando formas de prover as escolas públicas com obras didáticas de qualidade. As avaliações dos livros tiveram início em 1994, com subseqüentes reavaliações, gerando o que o MEC chamou de “Guia de Livros Didáticos”. Atualmente, essa política está consubstanciada no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que distribui gratuitamente obras didáticas para os alunos da rede pública.

Para Apple (1994, apud Peres, 2002), na ausência de currículos nacionais oficialmente instituídos, tem sido a indústria editorial a definir um currículo *para-oficial* de abrangência nacional em inúmeros países. Mas esse interesse da indústria editorial não é dado apenas por motivações ideológicas ou pedagógicas, mas pelo enorme mercado que representa a produção e distribuição de livros e materiais didáticos.

Segundo o autor, um mercado devidamente legitimado pelas políticas do Banco Mundial, que recomenda aos governos priorizar investimentos que tenham por finalidade proporcionar *livros didáticos*, vistos como a expressão operativa do currículo e contando com eles como compensadores dos baixos níveis de formação docente. Grandes somas de recursos são investidas no programa a cada ano, chegando a R\$ 679 milhões em 2007 (FNDE, 2008), sem contar também os altos recursos empregados no controle de qualidade e avaliação dos materiais.

Atualmente, das seis maiores empresas que dominam o mercado de livros didáticos no País, pelo menos quatro são estrangeiras, o que indica uma desnacionalização e monopolização desse setor.

A análise dessas obras se configura em trabalho técnico que reúne professores de todo o Brasil, os quais, a

partir do edital, analisam os livros submetidos pelas editoras de forma “cega” e pautada em critérios eliminatórios e classificatórios. Convém destacar que o grupo de avaliadores tem um relativo poder em rejeitar uma coleção, quando, por exemplo, não contenha erros substanciais (critério eliminatório), mas apresente uma proposta pedagógica considerada ultrapassada (critério classificatório). Daí a importância da leitura detalhada do Guia.

Até 2003 os livros eram classificados com uma, duas ou três estrelas; depois a classificação passou a ser por menções “recomendado com ressalvas”, “recomendado” e “recomendado com distinção”. Atualmente, uma variação de cores indica se a coleção atendeu ou não aos critérios do edital. Essa análise culmina com a elaboração de um Guia com resenhas para as obras aprovadas, que subsidiarão o professor quanto à escolha dos livros.

Embora haja um grande número de pesquisas sobre o livro didático há uma carência de informações acerca dos caminhos trilhados pelos livros didáticos após sua aprovação nos processos avaliativos. Este artigo procura contribuir para o preenchimento desta lacuna.

## **2. Objetivos**

---

Este trabalho tem como objetivos fazer um levantamento em algumas escolas públicas de 5ª a 8ª séries do município de Piracicaba sobre o que pensam os (as) professores (as) acerca do PNLD e recolher informações mais aprofundadas e abrangentes sobre o uso do Guia bem como sobre o processo de implementação do PNLD nas escolas públicas em Piracicaba.

## **3. Desenvolvimento**

---

O projeto que deu origem a esse artigo nasceu das preocupações de pesquisadores, participantes do grupo de avaliadores do PNLD, do qual a professora Maria Guiomar Tomazello fez parte em dois momentos- 2005 e 2006. A pesquisa, de natureza qualitativa, fez uso de entrevistas e questionários. Inicialmente, o projeto foi apresentado à Assistente Técnico-Pedagógico da área de Ciências/Biologia da Diretoria de Ensino de Piracicaba. Com a sua anuência, fizemos contato por e-mail com todas as escolas estaduais do município de Piracicaba, dirigindo a correspondência ao coordenador da área de ciências e solicitando a participação dos professores. Na época, somente uma escola se mostrou interessada, sendo então entrevistada a professora de ciências.

Voltamos a nos dirigir à Diretoria de Ensino e rerepresentamos o projeto ao atual Assistente, que havia substituído a anterior. Com o seu apoio, foram escolhidas 9 escolas de Piracicaba de diferentes regiões e seus professores de Ciências contatados e entrevistados. Ao todo foram entrevistados 13 professores de Ciências, muitos efetivos, sendo 12 em Biologia e 1 em Química.

Perguntas foram feitas sobre a utilização do livro didático pelos professores e pelos alunos, sobre o nível de conhecimento do PNLD e do Guia, sobre a classificação das coleções, sobre o processo de seleção e outras. Alguns professores optaram por responder o questionário por escrito. As respostas foram transcritas e analisadas.

## 4. Resultado e Discussão

---

Os professores são unânimes em afirmar a importância do livro didático na preparação das suas aulas. Alguns dizem fazer uso de outros materiais, mas em geral, utilizam um livro. Preferem livros com muitas figuras, esquemas e textos atualizados, preferencialmente de fácil entendimento. O livro pode ser considerado o principal controlador do currículo, o que vem a ser uma das suas quatro funções, a função *referencial*. Segundo Choppin (2004), as outras seriam *instrumental* - põe em prática métodos de aprendizagem; *ideológica e cultural* - é um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes - e a *documental* - a observação ou confrontação de um conjunto de documentos podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.

A coleção mais citada foi a de Ciências do Projeto Araribá - campeã de vendas (da editora Moderna, pertencente ao grupo espanhol Santillana). Entretanto, alguns professores afirmam que o livro já não se faz mais tão presente na sala de aula. Diz um deles: *Costumava utilizar livro didático até o ano passado. Neste ano, com a nova proposta curricular para o Estado de São Paulo, isso ficou inviável*. Quanto aos alunos, eles também não têm utilizado os livros como faziam antes da implantação da proposta. Os professores, em sua maioria, dizem conhecer o PNLD, mas nem sempre concordam com as avaliações feitas pelos especialistas: *(...) nem sempre concordamos com as opiniões apresentadas*. Alguns sugerem que o PNLD e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo trabalhem em consonância de forma que os livros e os cadernos tenham temáticas correspondentes. Outro diz que os responsáveis pelo PNLD deveriam ouvir os professores e alunos: *Que ouvissem alunos e professores, não "profissionais da educação" (que nunca ou pouco trabalharam com crianças e jovens)*.

Quanto ao uso do Guia, muitos dizem utilizá-lo de forma a obter informações sobre a classificação quanto à qualidade e não tanto sobre especificidades da coleção, uma vez que tendem a escolher os livros que já conhecem e utilizam. De forma similar à pesquisa realizada por Peres (2001, apud Peres, 2002), um professor considera que uma boa escolha só pode ser feita se os docentes tiverem oportunidade de manusear os livros.

Em relação à classificação, a maioria considera importante, pois facilita e legitima a escolha. Um deles se refere à nova classificação por cores: *Eu acho que foi muito interessante esse formato novo e facilitou bastante para gente escolher o livro*. Por outro lado alguns professores consideram que *não há preparo dos professores para esta análise*.

O processo de escolha se faz de seguinte maneira: representantes das escolas se reúnem na Diretoria de Ensino e avaliam os livros em conjunto. Depois, cada um se reúne com os professores da escola, em geral, nos HTPCs[1]. Duas ou três coleções são escolhidas e solicitadas ao MEC. Uma delas é depois enviada para a escola. Alguns consideram que o processo de escolha é superficial e apressado, pois em geral os diretores não liberam tempo para uma análise mais aprofundada, além de que *há um certo acordo entre as escolas para adotar um único livro didático*. Um professor questiona a aparente autonomia do professor: *Mas será que essa autonomia toda que parece ser dada ao professor na escolha do livro não fica em dúvida, uma vez que essa escolha é feita em cima de livros de grandes editoras pré-selecionadas pelo programa?*

Com a nova proposta curricular do Estado de São Paulo, percebe-se a dificuldade dos professores em utilizar o livro daquela série em consonância com os cadernos de atividades distribuídos pela Secretaria, pois nem sempre os temas estudados coincidem. De acordo com um professor, *a Secretaria está tentando padronizar os conteúdos para facilitar para o professor e para o aluno, especialmente no caso de transferências*. Segundo esse mesmo professor, *o MEC deveria rever até que ponto é interessante manter a liberdade das editoras e dos autores quanto aos eixos trabalhados por série*. Em suma, vai precisar haver nos materiais didáticos uma base comum de conteúdos e competências. Essa nova realidade, com certeza, deverá ser objeto de debate entre os educadores.

Segundo a Secretária de Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro:

*A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios projetos pedagógicos, foi um passo importante. Ao longo do tempo, porém, essa tática descentralizada mostrou-se ineficiente. Por esse motivo, propomos agora uma ação integrada e articulada, cujo objetivo é organizar melhor o sistema educacional de São Paulo. (SÃO PAULO, 2008).*

Cabe analisar se o fracasso escolar, evidenciado nos exames nacionais e internacionais, é decorrente da “autonomia” dada às escolas e conseqüentemente, aos professores.

[1] HTPC: Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo

## 5. Considerações Finais

---

Os resultados indicam que os professores entrevistados, em sua maioria, conhecem o PNLD, mas utilizam o Guia apenas parcialmente, isto é, para a verificação da classificação da coleção e não tanto para a sua escolha. Em relação ao uso do Guia, esses dados são similares aos das pesquisas realizadas por Scaff; Senna (2000) e Peres (2001, apud Peres, 2002). Com a implantação da nova proposta curricular do Estado de São Paulo, os professores e os alunos não vêm utilizando o livro didático como antes.

Os docentes dizem participar da escolha do livro, mas fazem ressalvas quanto ao processo e à organização institucional, fatos que de certa forma contrariam o que é preconizado como um dos principais objetivos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros.

Continua atual o alerta feito por Molina, em 1988, ao se referir ao PNLD:

*De pouco adianta escolher, quando não se sabe como escolher. Esta é uma tarefa que ainda precisa ser desempenhada pelos responsáveis nos órgãos públicos: preparar o professor para a escolha criteriosa. (MOLINA, 1988).*

Algumas respostas parecem evidenciar que os professores sentem falta desse preparo. Muitos docentes parecem ter clareza do controle do Estado, seja quanto à relativa autonomia dada quanto à escolha do livro, quanto à utilização dos materiais de apoio didático-pedagógico, elaborados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Mais do que nunca, os materiais didáticos têm se tornado um instrumento de controle. Concordamos com Apple quando afirma:

*Pouca coisa é deixada para a decisão do/a professor/a, na medida em que o Estado controla cada vez mais os tipos de conhecimento que devem ser ensinados, os resultados e os objetivos desse ensino e a maneira segundo a qual este deve ser conduzido. (Apple, 1995: 82).*

Os materiais didáticos, mesmo que bem elaborados e avaliados, não podem, a nosso ver, se transformar em ferramentas de legitimação de políticas governamentais. Mas a priorização dos livros texto em detrimento da formação do professor não é uma questão recente, segundo Scaff; Senna (2000), sendo uma realidade na

escola desde o surgimento da sociedade capitalista.

A nova proposta curricular e a bonificação a ser dada ao professor que trabalhar numa escola que atingiu suas metas de desempenho, instituídas recentemente pelo Governo do Estado de São Paulo, deixam evidente a escolha por projetos de educação e formação que privilegiam o *controle do desempenho com vistas à competência e competitividade* em contraposição a uma outra concepção de educação e de formação que é a *formação humana omnilateral, a autonomia e o aprimoramento pessoal* (FREITAS, 2002).

Finalizando, os resultados apontam para uma subutilização do Guia e, agora, do próprio livro didático, em função da nova proposta curricular do Estado de São Paulo. Esses dados, somados ao alto custo do programa e à monopolização do setor, indicam uma necessária e urgente discussão sobre a manutenção, nos moldes atuais, do Programa Nacional do Livro Didático.

## Referências Bibliográficas

---

APPLE, M. W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte: *Educação e Pesquisa*. vol.30 n.3 São Paulo. set./dec. 2004.

FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167.

MOLINA, O. *Quem engana quem? Professor x Livro Didático*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

PERES, S. O PNLD brasileiro como estratégia de controle social sobre o ensino de história no contexto do Mercosul: entre o risco e a necessidade. In: 25ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2002. Caxambu: *Anais...*Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*. Disponível em:

[http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-CURSO/sigsc/upload/br/site\\_25/File/Prop\\_CIEN\\_COMP\\_red\\_md\\_1](http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-CURSO/sigsc/upload/br/site_25/File/Prop_CIEN_COMP_red_md_1)  
Acesso: 01 de agosto de 2008.

SCAFF, E. A. S.; SENNA, E. O guia de livros didáticos e sua (in) utilização no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, p. 32-37, 2000.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2008. Disponível em: <[http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro\\_didatico.html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html)>. Acesso em: 05 de maio de 2008.